

1

Método e metodologias na pesquisa das geografias com cultura e sociedade

Álvaro Luiz Heidrich

Neste texto, busco desenvolver algumas ideias gerais sobre a abordagem qualitativa de pesquisa com sociedade e cultura nos estudos de geografia. Com esse intento, proponho logo a seguir um argumento de enlace: uma compreensão de contexto que também se mostra latente em todo o conteúdo aqui tratado. Nesse tópico, faço breve incursão sobre método e metodologia, remetendo à consideração mais ampla do interesse e objeto da pesquisa geográfica. O segundo tópico traz um primeiro entrelace de ideias ao caracterizar o campo¹ de estudo que reclama o uso das metodologias qualitativas – as geografias que lidam com as práticas sociais e culturais. No tópico seguinte, trago um segundo entrelace, sobre as modalidades mais usuais da abordagem qualitativa e, por fim, as considerações finais são trazidas como uma proposta de desenlace dessas ideias, voltando à consideração primeira sobre o contexto com que estamos lidando.

1 Este termo tem uso frequente neste texto. Adiante aparecerá mais nitidamente vinculado ao âmbito da pesquisa com enfoque sociocultural, que justamente busca demonstrar ser o campo que solicita fortemente o uso das metodologias qualitativas. Muito embora possamos aceitar para o termo o sentido mais elaborado que Bourdieu (1989) adotou, que envolve posturas e defesas de posições rigorosamente orientadas por definições institucionais e que, por certo, ocorre neste mesmo que estamos nos reportando (ver o estudo de NABOSNY, 2014), aqui se refere ao contorno primeiro usado por aquele autor e do sentido etimológico geral do termo, de domínio e âmbito de ação.

O enlace: método, metodologia e delineamento do geográfico

O tratamento da informação na pesquisa geográfica, que considera o dado não rigorosamente objetivo e que precisa ser trazido a partir de diálogos, de compreensões e vivências de pessoas e grupos, espaços vividos e práticas, é uma perspectiva recente. A Geografia possui tradição bastante materialista, e mesmo as antigas orientações descritivas desta disciplina, pode-se dizer, restringiam-se ao que se denotava no campo observado e quase nada se adentrava nas conotações de sentido. O registro de um fato observado limitava-se predominantemente à compreensão de suas feições. Já, as práticas de pesquisa com enfoque qualitativo passam a ser essenciais no campo das humanidades e nas geografias orientadas para os estudos de cultura e sociedade sob a influência das chamadas Filosofias do Significado (JOHNSON; GREGORY; SMITH, 2000). Pode-se ver, então, que o contexto aqui comentado não se limita à enumeração de procedimentos ou técnicas. Ele envolve a afetação entre método e metodologia, ou seja: o que se faz como prática de estudo e pesquisa depende das concepções de como conduzir o próprio pensamento.

Método é compreendido por dois significados (ABBAGNANO, 1998): (1) o que é mais geral e extensivo a vários campos consiste numa *orientação de pesquisa* (por exemplo, método dialético, hipotético-dedutivo, a fenomenologia, a hermenêutica, o empirismo lógico etc.); e (2) o que é mais restrito, numa *técnica particular de pesquisa*. Este significado indica um procedimento de investigação organizado, elaborado para o alcance de resultados considerados válidos. Em geral, refere-se a procedimentos específicos de investigação e verificação.

O Dicionário de Filosofia de Abbagnano (1998) reconhece quatro significados para o termo metodologia: (1) a lógica ou parte da lógica que estuda os métodos; (2) lógica transcendental aplicada (segundo Kant); (3) conjunto de procedimentos metódicos de uma ou mais ciências; e (4) a análise filosófica de tais procedimentos. Sem maior pretensão de revisão, uma simplificação poderia ser vista, de um lado (o da filosofia, principalmente), como o *estudo do método* e, de outro (os campos particulares de pesquisa), como os *procedimentos* derivados de uma orientação geral *de método* adaptados a uma disciplina ou pesquisa.

Visto dessa forma, previamente ao comentário sobre as práticas de pesquisa qualitativa, é necessário lidar com o campo de estudos. Esse campo pode naturalmente ser identificado por uma arquitetura teórico-metodológica – complexa –, porém, mais facilmente se evidencia pelo conjunto de ideias básicas e termos relacionados através dos quais nos comunicamos, debatemos e vamos delineando o campo geográfico. O

vocabulário geográfico² é extenso e atém-se aos fatos com que lidamos nas explicações do emaranhado que é o espaço geográfico. Esses fatos estão predominantemente ligados às suas feições, aspectos que os diferenciam e remetem à compreensão de suas naturezas. Surgem por nossa experiência empírica e no cotidiano da vida de cada um, diretamente relacionadas com o meio (social e ambiental).

Para Moreira (2007), essa relação adquire feições geográficas como paisagem, território e espaço, as categorias da geografia. Afirma, porém, que, antes delas, são os princípios lógicos (localização, distribuição, extensão, distância, posição e escala) dessa relação que fazem surgir a compreensão das feições geográficas e, por consequência, de seus desdobramentos em outras categorias³. Evidentemente, a relação entre elas nos transmite a imagem de um campo (universo) bastante complexo. Uma geografia como um todo abstrato é um complexo de paisagens, regiões, lugares, percursos, dinâmicas, etc. A combinação entre lugar e paisagem permite construir noção de espaço geográfico (ou, geografizado), dinâmicas de diferenciação e compreensão de temporalidades. A identificação de uma área desse espaço, em particular, passa a ser reconhecida pela vinculação a seus respectivos grupos como território, senão como ocupação, possivelmente como uso, produção de marcas, particularização de processos etc.

Num esforço de formulação de método geográfico, Santos (2008), por meio de uma abstração maior, mais distante da empiria geográfica, desenvolve compreensão estrutural do espaço com as categorias de Estrutura, Processo, Função e Forma. Nesta proposição, as formas não podem ser compreendidas isoladas de suas destinações (funções), de seus processos formadores e de sua importância no condicionamento de novas dinâmicas. Esse método, contextualizado por pensamento histórico-dialético, exemplifica a importância da explicação do processo para a compreensão da origem das formas. Ou seja, vai-se além da provocação inicial ocasionada pelos princípios lógicos. A ação ou a dinâmica estão implicadas. Mas a consideração de processos e dinâmicas os geógrafos já vinham trazendo para dar conta da explicação da formação das paisagens e dos ambientes naturais da superfície terrestre (BLOOM, 1970; CLAVAL, 2014).

No contexto sociocultural, além da feição e da ação, o campo do imaginário também é parte que se faz em geografia. Se espaço torna-se geográfico por produção e/ou compreensão de geografias, por arranjos e configurações, se territórios são

2 Em “Entrevista” (capítulo do livro “Testamento intelectual”), Santos (2004) comenta que a necessidade da explicação teórica divergente de seus mestres obrigou-lhe a propor definições e que, frente ao manancial imenso de ideias e obras sem definição prévia de divisões disciplinares, trouxe-lhe a compreensão de que necessitava de um mínimo vocabulário. Nesse mesmo espaço de conversa, ele se queixa do “hábito de alienação cultural” (p. 31). Compreende-se assim, com sua experiência e trajetória singular, a importância de termos e prezaros por um vocabulário geográfico.

3 Associadas a espaço, os próprios princípios lógicos constituem subcategorias, a território, região, lugar e rede, e a paisagem, arranjo e configuração (MOREIRA, 2007).

suas apropriações, certamente há batismos, nomeações desses processos e formas, significados assimilados e processados em modalidades de práticas.

A compreensão completa uma tríade. Ações e representações são criadoras de morfologias. Morfologias dizem respeito ao fato, que grava cultura no espaço. As representações não são mais do que elaborações de sujeitos com noções do espaço. E as ações são realizações dos sujeitos, construindo e transformando espaço. Não nos cabe, por isso, esboçar a compreensão isolada, seja da forma, da ação ou da representação. Quando nos reportamos a um ou outro, seria mais adequado aceitar sua imbricação complexa (HEIDRICH, 2013, p. 57).

Bonnemaison (2002) considera que o espaço estudado pelos geógrafos possui três níveis. Numa mais afinada tradução de sua ideia, podemos compreender esses níveis como planos, projeções de um único espaço. Um deles é o espaço estrutural ou objetivo, da materialidade efetiva das coisas e objetos da ação, das relações em sociedade. Outro consiste no espaço vivido, “formado pela soma dos lugares e trajetos não usuais a um grupo ou indivíduo” (p. 110), que envolve o cotidiano e as subjetividades. Para ele, este ainda não é o espaço cultural, embora reconheça que cultura engloba o vivido. Bonnemaison (2002) busca destacar que o plano cultural transcende aquele outro e define-o como espaço geossimbólico, pois a “representação cultural vai para além do horizonte do cotidiano”. Nele está o plano das afetividades, dos valores socioculturais, os imaginários e seus significados. Acho importante enfatizar, então, que não se trata de espaços separados, estanques, mas de planos que se afetam mutuamente⁴.

O imaginário, ou as geografias imaginadas, ou, ainda, uma geografia das representações, frutifica-se como orientação de estudo e pesquisa com a chamada *virada linguística na Geografia*, pela qual se estabelece criticamente um posicionamento variante em relação à separação entre materialidade e imaterialidade. Essa virada, que vem sendo obstinadamente refletida pelo campo da, assim chamada, Nova Geografia Cultural (COSGROVE; JACKSON, 2003) tem sido vista como uma possibilidade de redenção, pois, como expressou Claval (2014, p. 309), a concepção de “espaço como um recipiente, como fez a Geografia desde o Renascimento, não é inocente: é transformá-lo num instrumento de dominação, que os poderosos souberam – e sabem – utilizar”. A pós-modernidade e o recente interesse pelo pós-colonialismo são vistos como influências destacadas para a valorização da ideia de imaginação geográfica (JOHNSON; GREGORY; SMITH, 2000).

Possuem papel distintivo para esse tema os trabalhos de Edward W. Said sobre a construção imaginativa do Oriente feita pelo Ocidente, carregada de estereótipos

⁴ A inseparabilidade entre o material e o simbólico, o campo das relações objetivas e das ideias, é claramente argumentada por Henri Lefebvre. A interação dialética da prática espacial que envolve a representação dominante, técnica e científica e a representação delineada no cotidiano, que implica na apropriação do espaço, é o que mantém a produção do espaço e “as relações sociais em um estado de coexistência e coesão” (LEFEBVRE, 2000, p. 42).

associados às práticas de dominação imperialista (2007)⁵. Juntamente com a crítica considerada pós-colonial e pós-moderna, também os textos de orientação marxista, como os trabalhos de Lefebvre, em *Critique de la vie quotidienne* (1961), com base nas ideias de Bakhtin (2014), em *Marxismo e filosofia da linguagem*, devem ser trazidos como referência do atual campo. Desse modo, tanto as pesquisas crítico-dialéticas como as fenomenológico-hermenêuticas, identificadas por Sposito (2004), constituem referências de método desse enfoque. Além do aspecto metodológico, o foco de atenção e as problematizações de pesquisa também têm se entrelaçado. Uma pesquisa em particular sempre seleciona atenção mais restrita, mas o conjunto dos estudos vem constituindo um campo maior de aproximação entre geografia cultural e social, no qual as pesquisas qualitativas são cada vez mais necessárias.

Primeiro entrelace: Geografia Cultural e Social como campo

Tem sido difícil não utilizar a denominação Geografia Cultural para muitos procedimentos e enfoques teóricos dos estudos sobre práticas e manifestações culturais vinculadas a contextos geográficos. Por outro lado, o argumento de Claval (2002a, 2008), mais favorável ao reconhecimento de uma abordagem e não de uma disciplina, é muito coerente, pois não há como efetivar investigação sobre cultura de modo desassociado do amplo campo de estudos de Geografia Humana. Quem elabora essas classificações é o nosso próprio fazer-ciência. Porém, muito do que se faz nesse campo não se distancia das atuais referências da Geografia Social, o que dá muita validade para uma reflexão articulada. Essa aproximação já é reconhecida nos estudos mais recentes (JOHNSON; GREGORY; SMITH, 2000), assim como ganha expressão o argumento que concebe uma geografia sociocultural (RAIBAUD, 2011).

Num ponto de vista correlato, muitos estudos de Geografia Humana, Econômica, Política, Urbana ou Agrária, que consideram problemas como a desigualdade, a segregação espacial, os problemas territoriais, são autêntica Geografia Social, assim como as questões de identidade nesses problemas associados necessitam trabalhar com a discussão atual da abordagem ou geografia cultural. Por isso, a denominação é a questão menos importante. Principalmente porque o uso do termo fixou-se, tornou-se normal. Ao lado disso, o que expressa maior consistência é o âmbito de estudos, com referências metodológicas e de método, como a consideração importante das representações e ideias ao lado das práticas espaciais, ou seja: propriamente um campo. Para a denominação como uma subdisciplina – Geografia Cultural – pesa a tradição de ter nascido com essa marca. Como uma abordagem, conta bastante aquilo que se faz como enfoque, uma aproximação, que poderá contar, inclusive, com objetivações muito particulares e, até mesmo, não ser a prática cotidiana de

⁵ Ver também o seu estudo sobre a narrativa colonialista na obra de Albert Camus em “Narrative, geography and interpretation” (SAID, 1980).

um pesquisador ocasional.

Sob a denominação de Geografia Cultural há um grande espectro de estudos e temas de interesse, como o simbolismo das paisagens, o estudo de percepções e representações do espaço, as identidades territoriais, estudos de gênero, religiões e festas, microterritorialidades, geografias na literatura, cinema e música, problemas culturais associados à mundialização etc..

A influência da teoria linguística na geografia humana tem solicitado maior atenção à cultura como um processo de autossignificação e de significação social, na qual o *significado* é instável e questionável porque sempre se constitui através dos discursos compartilhados de grupos humanos específicos. A nova geografia cultural, em resposta ao MULTICULTURALISMO das sociedades urbanas contemporâneas na Europa e América do Norte e à reclamação da PÓS-MODERNIDADE para que se dê voz ao “outro”: ou seja, aos discursos daqueles que tradicionalmente não têm tido em consideração na ciência social ocidental e nas humanidades. Nesta perspectiva, alguns escritores recentes têm insistido na integridade cultural dos povos colonizados, das mulheres, dos que têm sido despossuídos materialmente e de outras minorias dominadas por uma cultura fundamentalmente branca, masculina e burguesa (JOHNSON; GREGORY; SMITH, 2000, p. 252)⁶.

Para Di Méo e Buléon (2007), quatro abordagens compõem o quadro de uma Geografia Social complexa, para a qual propõem marcos teóricos para uma nova geografia cognitiva, social e cultural⁷. Uma dessas abordagens constitui-se no estudo da imbricação das relações sociais (de trabalho, parentesco ou amizade, lazer); relações consensuais ou conflitantes e as relações espaciais (uso e apropriação de lugares, afetivos ou estratégicos, mantenedores ou modificadores das estruturas espaciais). Uma segunda refere-se ao estudo das posições sociais que demarcam as diferenças do espaço geográfico, que se traduzem por riqueza e pobreza, dominação ou exclusão. A terceira refere-se ao estudo dos itinerários cotidianos, as práticas do espaço geográfico que lhe conferem dimensão humana e social. E a quarta trata da produção mental de imagens, das representações elaboradas socialmente, a produção midiática da hiper-realidade que continuamente invade os sistemas de comunicação e influencia nossa interpretação do mundo.

A complexidade das relações espaço-homem-sociedade foi retratada por esses autores em dois planos, o da realidade e sua replicação num plano representacional (Figura 1). No esquema, aparecem as categorias geográficas mais vinculadas aos âmbitos sociais amplos, como classes e grupos e, na outra ponta, encontra-se o sujeito, na sua expressão mais íntima. As categorias de espaço vivido e espaço social, por exemplo, não coincidem em posição e as relações entre eles é mais indireta, pois sofre a intermediação pelas demais relações demonstradas no esquema. Similarmente,

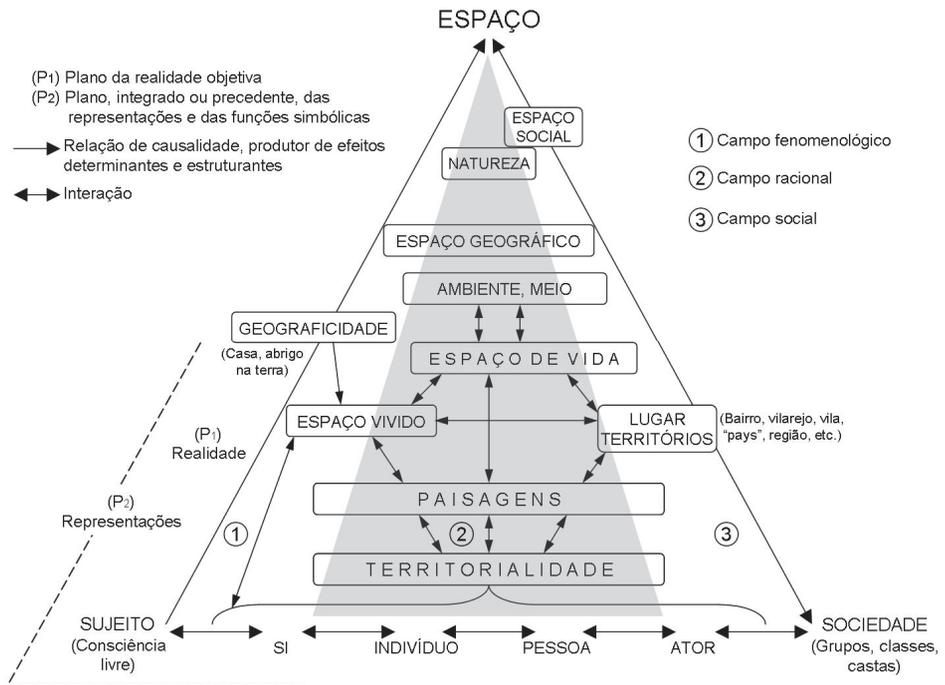
⁶ Grifos no original. Tradução livre.

⁷ Seguramente essa orientação não se enquadra na crítica formulada por Smith (2014) de uma geografia cultural apolítica, até porque seu discurso parece estar bastante direcionado aos estudos anglófonos.

as relações entre as composições do social chegam ao sujeito por intermediações. Como é sugerido, o campo das ideias, o simbólico, não se reduz ao fenomenológico, tampouco ele é exclusivamente social. Está num outro plano e perpassa a totalidade do real. Não se separam, por isso, o que é material e racional do que é imaginário, assim como não se separam também o que é subjetivo, no plano da realidade, do que seria imaginado sobre ele mesmo. Podemos ver assim o ganho de importância do plano simbólico e sermos então instigados para o seu estudo.

Originalmente se reconhece a cultura como um conjunto de práticas, de princípios e de atitudes. Há que se considerar, porém, que ainda que se tenha a cultura em particular ela é, no singular e no plural, cultura em transformação e em diversidade. Em espaço integrado, de forte intercâmbio comunicacional e ao mesmo tempo local, interceptado em múltiplas escalas intermediárias até o mundial, o âmbito dos problemas não se reduz ao social e ambiental local, ele possui múltiplas referências. A apropriação de metodologias capazes de lidar com esse contexto assim modificado (o espaço mundialmente condensado e localmente ampliado) torna-se, por isso, essencial. As feições da geografia estão à nossa volta e estamos embebidos delas, mas não basta captar sua imagem, delinear seus contornos objetivos, sem

Figura 1 - Relações espaciais (espaço-homem-sociedade) e objeto ou formas geográficas associadas.



Fonte: adaptado de Di Méo e Buléon (2007), por Torres (2011).

distinguir as afetações simbólicas e o uso que se fazem delas. Na compreensão de Ernest Cassirer, não tratamos diretamente das coisas, mas da relação que temos com elas, do que sentimos e compreendemos, por meio da linguagem, da arte, do mito, da ciência e da religião (2005).

Desse modo, com o auxílio teórico-metodológico que delineia a necessidade de se lidar com o imaginário, o levantamento dos fatos em campo visa a captura das falas e o envolvimento com os espaços culturais – geossimbólicos. Questionários e tabulações com amostras aleatórias não expressam essas relações. Elas não são quantificáveis, até porque não estão baseadas em parâmetros objetivos e quantificáveis. O sociocultural é captado mediante o envolvimento do pesquisador com o contexto da pesquisa. É preciso lidar com oralidade e posteriormente destrinchar os significados e sentidos. É para isso que se recorre aos levantamentos e pesquisas qualitativas, que permitem manejar informações textuais.

Segundo entrelace: práticas da abordagem qualitativa

Por pesquisa ou metodologia qualitativa, pode-se compreender a prática ou conjunto de procedimentos voltados à coleta de informações que envolvem o uso da linguagem, em geral objetivadas para a captura de subjetividades e/ou significados contidos nos textos produzidos no levantamento em trabalho de campo. O universo de metodologias e abordagens teóricas é bastante amplo e muitas variações nele encontradas são alcançadas em disciplinas específicas que as adequam a seu escopo, embora tendam a difundir-se para outras áreas. Como é inerente a qualquer prática de metodologia, ela requer adaptação ao foco da pesquisa. Por isso, assim como os demais capítulos que seguem neste livro, outras importantes publicações retratam a reflexão sobre sua aplicação (BROSE, 2001; RAMIRES; PESSÔA, 2009; MARAFON *et al.*, 2013). Neste tópico, apenas vão ser delineadas algumas referências para a pesquisa que lidam direta ou indiretamente com cultura e sociedade na geografia, objetivando-se muito mais a revelar os principais atributos do que caracterizar extensivamente as diferentes modalidades⁸.

Uma comparação com as metodologias quantitativas (Quadro 1) torna essa tarefa mais facilitada. As pesquisas qualitativas privilegiam o estudo de questões subjetivas, geralmente não quantificáveis, apesar de que tem sido muito comum a organização dos chamados levantamentos (ou questionários) *semiestruturados*, para serem trazidas informações objetivas básicas sobre a população pesquisada ou tratar de alguns aspectos materiais do problema ou contexto estudado.

Elas requerem que o trabalho de busca da informação seja intensivo e não são muito viáveis para aplicações extensivas. Como todo levantamento de pesquisa,

⁸ Para uma visão mais atenciosa sobre as modalidades de pesquisa qualitativa, ver o trabalho de Flick (2009), *Introdução à pesquisa qualitativa*.

o nível intensivo ou extensivo se refere logicamente à amostragem da população pesquisada, mas pelo fato de estarmos lidando com geografia, isso também replica em termos espaciais (extensão e distâncias a serem percorridas). Dá-se muito mais atenção a cada unidade da amostra (sujeitos pesquisados), demanda-se convivência dialogada e conhecimento mais rico em detalhes da situação vivida. Valendo-se de um exercício de analogia, podemos dizer que vale a mesma ideia da situação de mercado na qual se ganha mais por unidade de produto quando se lida com pequenos estoques em relação à venda por atacado. Desse modo, o levantamento da informação exige maior disponibilidade de tempo, tanto em função de ser necessário adaptar o procedimento ao caso em estudo, como pelo fato de exigir diálogo aberto e não dirigido, o que impede sua apropriação por um número grande de auxiliares ou participantes da pesquisa.

Elas são aplicáveis ao estudo de situações em particular e não para a compreensão de tendências gerais. A situação pesquisada é vista em particularidade. Por isso, a escala de atuação é predominantemente local. Não se impossibilita, porém, lidar com situações distantes, como no caso das pesquisas direcionadas para aspectos multiplamente situados ou afetados pelas dinâmicas de mundialização. Se for essa a situação, exigir-se-á deslocamento e apropriação dos locais pesquisados, a fim de se possibilitar o diálogo mais aprofundado⁹. Contudo, esse exemplo não sugere apropriação para efeito de comparabilidade das situações visitadas, tanto porque não se reúnem tamanhos amostrais confiáveis, como pelo fato de que o próprio espaço deva ser considerado uma situação, possivelmente local-mundial.

As questões de pesquisa não são elaboradas para os sujeitos entrevistados ou envolvidos no levantamento responderem diretamente. É recomendável que sejam perguntas-guia, para serem lembradas durante uma discussão num grupo focal, numa entrevista ou participação ativa em situação de grupo. Isso também não quer dizer que se desprezem conteúdos de diálogo não referidos diretamente ao guia construído, pois a descrição de situações em particular, com mais raridade podem ser previamente consideradas. Por isso, durante uma conversação, há mais ênfase na explanação. É autenticamente uma conversa, momento no qual podem surgir mudanças de situação, aparecer outros interlocutores e eventualidades. As surpresas também podem trazer aspectos positivos antes não considerados no levantamento, e isso deve ser acolhido como valiosa oportunidade de reconstrução de referências e reorientação de procedimentos de levantamento, de consideração de novas questões e ampliação do grupo pesquisado.

O pesquisador ou seu grupo assumem um papel mais ativo, diferenciando-se da tradicional postura de neutralidade e distância da situação de pesquisa. Particularmente nos enfoques etnográficos, o pesquisador é pessoa que participa

⁹ Ver capítulo 9: *Etnografia multilocalizada em Antropologia e Geografia*.

Quadro 1 – Aspectos principais das pesquisas qualitativas e quantitativas.

Aspectos	Pesquisas qualitativas	Pesquisas quantitativas
Questões de pesquisa	Como um processo funciona em um caso particular ou em um pequeno número de casos? Quais deles produzem alguma mudança? O que fazem e como atuam os agentes do/no processo?	Quais são as regularidades, os padrões comuns e as distintas categorias da população? Qual a amplitude de suas características, processos atuantes ou representados?
Relações estabelecidas	Relações substanciais e de conexão	Relações formais e de similaridade
Grupos estudados	Causais	Taxonômicos
Tipos de procedimentos	Estudo de agentes individuais em seu contexto causal, entrevistas interativas, etnografia e observação participante. Análises qualitativas, de conteúdo e de discurso.	Pesquisa da população em larga escala ou amostras significativas, questionários formais e entrevistas padronizadas. Análises estatísticas.
Tipos de relatos produzidos	Explicação causal sobre a produção (ou vinculação) de objetos, eventos ou situações, não necessariamente considerados representativos.	Generalizações descritivas representativas da população, amostra ou classes e grupos, precisamente vinculadas à leitura dos dados objetivos.
Limitações encontradas	Padrões concretos e exatos, relativos ao conjunto entrevistado, não são usuais como informação representativa, generalizável ou comum. Relações podem ser estabelecidas em muitas variações e situações.	Apesar de se representar a população considerada, não se pode estendê-la para outras situações, lugares e períodos. Há risco de se produzir falácias de inferência sobre indivíduos. Possui poder explanatório limitado.

Fonte: adaptado de Cloke *et al.* (2004).

subjetivamente da situação e das vidas daqueles que são foco de atenção do estudo (ANGROSINO, 2009). Nas práticas de observação participante, são vistos como trabalhadores reflexivos em relação ao processo de construção da informação.

Uma das práticas de pesquisa qualitativa mais difundida é a *observação participante*, por vezes também denominada como *pesquisa participante ou participativa*, porém há um importante aspecto que as difere. A observação participante é fundamentalmente uma postura adotada pelo pesquisador em campo, enquanto na pesquisa participante há envolvimento do pesquisador ou mediador com os interesses da comunidade ou grupo envolvido na questão. Alguns exemplos desta modalidade são os procedimentos de levantamento de necessidades para a elaboração de documentos de reivindicação, realização de diagnósticos de problemas locais ou comunitários e que, muitas vezes, podem estar envolvendo tomada de decisões sobre uso de recursos, demanda ou adoção de políticas públicas (BROSE, 2001). “No fundo, a [pesquisa participante] pode ser vista como *participação baseada na pesquisa*¹⁰. Trata-se de fundamentação científica da opção histórico-política” (DEMO, 2008). Muito similar a esse procedimento, caracteriza-se a chamada *Pesquisa-ação* (THIOLLENT, 2004), quando se desenvolve em estreita associação com um grupo social para o encontro da solução de um problema coletivo, estando a pesquisa participativamente envolvida com esse objetivo. O detalhe acrescido é o comprometimento no alcance dos resultados pretendidos pelo grupo (BARBIER, 2007).

Quando a questão envolve de modo mais exclusivo a realização da pesquisa acadêmica e ocorre a identificação entre grupo de pesquisa e grupo pesquisado, inclusive com o compartilhamento de resultados e discussão aberta dos problemas em estudo, realiza-se então a observação participante. Muito embora a propriedade das informações passe a ter uma responsabilidade formal do pesquisador, elas também precisam ser compreendidas como um conhecimento do pesquisado, à medida que se configure a interação nos questionamentos e também a atitude de escuta. Apesar de não ser considerada propriamente uma metodologia, a ela se associa a postura do envolvimento, do diálogo e provavelmente da entrevista não-diretiva. Esta postura comumente adotada na *etnografia* (ANGROSINO, 2009) tende a garantir legitimidade para sua atuação e presença junto ao grupo pesquisado, possibilitando-se superar os constrangimentos de fala e assim facilitar a obtenção das informações. Nessa prática, as informações são trazidas ou elaboradas conjuntamente por pesquisador e pesquisado. Utiliza-se a *etnografia* quando há necessidade de caracterizar o universo simbólico de modo autêntico, explicitado pela união do conhecimento etnográfico, teórico e prático.

¹⁰ Grifo no original.

Tem-se difundido bastante essa incursão metodológica na pesquisa de campo de geografia, e já se torna bem conhecida a variante *etnogeografia*. Seguindo-se as orientações de envolvimento do pesquisador com as etnias¹¹, os geógrafos defendem que a etnogeografia permite apreender a especificidade dos lugares e das paisagens e verificar que a diversidade de normas que vigoram no lugar, nem sempre formais, muitas vezes não é captada nas pesquisas sobre temas econômicos, sociais e políticos (CLAVAL, 2002b). Para Bonnemaïson (2002, p. 96-97):

(...) a territorialidade emana da etnia, no sentido de que ela é, antes de tudo, a relação culturalmente vivida entre um grupo humano e uma trama de lugares hierarquizados e interdependentes, cujo traçado no solo constitui um sistema espacial - dito de outra forma, um território.

Muitas situações vivenciadas na pesquisa ou observação participante envolvem a ação dialógica em grupo. O pesquisador muitas vezes se distancia de uma figura central e a noção de respostas verdadeiras transfigura-se pelo potencial do diálogo (CLOKE *et al.*, 2004). Cabe interpretar e tirar proveito de considerações que podem ser polêmicas, divergentes, considerando-se que o grupo nem sempre atua em consenso. Também nessa prática não há neutralidade. Nem sempre ela se dá ocasionalmente, pode ser planejada para obter-se um resultado esperado, como quando se quer obter dados, capturar ideias ou percepções, que não se alcançaria em conversação isolada. Pode ser também excelente alternativa para conhecer informantes, apresentar-se a um grupo por meio da chegada do pesquisador por intermédio de instituições ou associações de determinado lugar¹².

O campo de pesquisa sociocultural demanda, com frequência, a busca por referentes territoriais, de frente às ameaças de desterritorialização tão comuns devido à propagação de inovações, modificação do meio social e ambiental, implantação de grandes construções quase sempre causadoras do desalojamento de populações. Situações como essas, notadamente com migrantes, requerem que o pesquisador lide com fatos e acontecimentos passados, quase sempre sem ou com precário registro documental. A conhecida *história oral* constitui-se em metodologia para este caso. Se possível, facilita-se a obtenção da narrativa com o uso de gravadores de voz, ou mesmo tomada de imagem¹³, para serem trazidas as vivências do grupo pesquisado em relação aos ambientes e lugares, instituições, modos de vida etc.

Também com a denominação de história de vida, o produto levantado por

11 Como explicitado em Bonnemaïson (2002, p. 96), por etnia se concebe “o campo de existência e de cultura, vivido de modo coletivo por um determinado número de indivíduos”, querendo dizer que não são exclusivamente povos intocados e de práticas tradicionais.

12 Esta foi a alternativa encontrada por Gamalho (2015) para construir a legitimidade de sua pesquisa junto a jovens sobre suas práticas espaciais.

13 Ver capítulo 13: *Geografia e experiência cinematográfica*.

esse meio, em grupos de discussão e observação participante, constitui narrativas, textos que necessitam decifração. É muito interessante o fato de que o conjunto das narrativas permite revelar conteúdos essencialmente socioespaciais. Não se trata, como se viu mais acima, de reconhecer um espaço geográfico objetivo. As relações espaciais não são paisagem visível. Não se captam a dor, o preconceito, os estigmas e formas veladas de dominação.

O espaço social assemelha-se a um texto cujos códigos necessitam de tradução, de entendimento. Sua escrita não está dada, mas deve ser compreendida em seus quadros de interpretação, permeados por contradições e superposições. Ora, é necessário que o pesquisador desvencilhe-se de seus pré-conceitos e, para compreender o outro não a partir de si, de seu modo de vida e valores, mas a partir de estruturas e entendimentos desse outro (GAMALHO, 2010, p. 90).

Em todas essas modalidades, o propósito é dar autenticidade para as percepções das experiências das pessoas. Também em todas elas há envolvimento com a entrevista não-diretiva, que se orienta para a valorização da individualidade e sua subjetividade. O quadro geral e específico da situação e as contingências precisam ser levados em conta na leitura dos resultados. A ação de entrevista, porém, não é isolada. Faz parte de um “estar em contato, em trabalho de campo”, uma das atividades mais ricas da pesquisa com pessoas e grupos sociais e suas geografias. Envolve diretamente a intensa articulação de práticas com enfoque qualitativo, como o *registro em diário e a tomada de imagens*, a *escuta*, a própria *entrevista* e, também, sempre que possível, o *intercâmbio de experiência* com os próprios praticantes do levantamento, à maneira de um grupo focal.

O registro é para ser feito a todo o momento. O objetivo é trazer os aspectos relevantes – o que é próprio do lugar (da paisagem e do território) e seu diálogo com o que se repete pelas dinâmicas de assimilação das influências globais. Esta orientação toma partido de um provocador teórico, uma postura metodológica modificada em relação ao que era feito tradicionalmente na Geografia Humana e na Geografia Cultural. O singular não é mais algo perfeitamente encaixado. O registro se obtém com a anotação em diário, a fotografia, o relato de entrevista ou gravação e a escuta das pessoas do lugar ou seus interlocutores. Mais que um procedimento, o registro consiste na atividade articuladora das demais ações. Escutar é dar atenção à conversa, mas também a tudo aquilo que seja expressão do lugar: um discurso, uma manifestação espontânea, o que possa revelar as maneiras do lugar. Implica em reter a informação do que surge como próprio e vinculado ao que está em cena. Deste modo, deve ser também anotação em diário de campo da impressão causada que possibilita tanto indagar para conhecer, como também refletir sobre o que é dito e visto, considerando nossos referenciais.

A leitura de campo pode ser considerada um estudo. Pode gerar uma interpretação que destaque aspecto, o relevo de alguma qualidade que tenha resultado

do diálogo, do registro, da articulação de nossos valores referenciais, que muitas vezes conseguimos ver na experiência empírica. Nem sempre, porém, o olhar e a escuta de um é a mesma do outro. Entre vários fatores, destaco dois deles: depende do modo que cada um lê, influenciado pelo que se conhece, e por que os caminhos e os olhares no campo sempre podem diferir. Por isso, um seminário de campo ou simples roda de conversa (Figura 2) é uma prática bastante enriquecedora. Ali relatamos, recontamos as oralidades, comentamos detalhes, quase sempre despreocupados com a maneira de apresentar. Fazemos a troca do que um observou e registrou e comparamos. Muitas vezes, diferentemente da soma, as compreensões se multiplicam. Alguns aspectos podem ser generalizados, outros são muito próprios. Às vezes, se extrai a iluminação teórica e, em muitas outras, se desbloqueiam interessantes perguntas. Termina por ser um manancial no qual se pode usufruir para expor a vivência e elaborar o registro ao modo de uma leitura.

Saber como se pode tirar proveito posterior do que se busca, do que se levanta em campo, é substancial para a análise do que foi registrado. Identifico pelo menos três maneiras – chaves de leitura – pelas quais podemos identificar nas leituras de entrevista o que se busca com elas: (1) conteúdos gerados pelas considerações de partida e dos objetivos da pesquisa; (2) conteúdos-surpresa, que podem ser guardados como preciosidades que, a maneira de um garimpo (de não se desprezarem esmeraldas e turmalinas mesmo que a procura seja por ouro), dão relevo às unidades de significação (MICHELAT, 1982); e a outra (3), o teor dos objetos-conceitos geográficos no interior (na alma) das falas. Este último pode garantir um alcance especial, à medida que se elabora a tradução empírica do objeto teórico. Assim, por exemplo, aquilo que é um conceito referencial da investigação ou do campo de pesquisa, aparece com coloração, significado local, com implicações nas vivências.

Assim como a atividade foi planejada, quando se alcança o resultado do trabalho, o ideal é ter-se uma transcrição na qual possam ser feitas as marcações com as categorias esperadas e as unidades de significação encontradas¹⁴. Dois métodos que se referem ao texto são bastante úteis para essa fase da pesquisa. São as teorias do campo da linguística: as análises de conteúdo e de discurso. Ambas lidam com o conteúdo do texto (FRANCO, 2008; PÁDUA, 2002), mas possuem diferenças, pois enquanto a análise de conteúdo lida com os aspectos mais objetivos do conteúdo, a análise de discurso interessa-se pelos significados contidos nas narrativas. O trabalho primeiro de decodificar o texto, de separar os campos de atenção, as unidades de significação e termos conceituais, pode ser feito por meio da leitura do próprio pesquisador, por sistemas de busca de palavras ou trechos do editor de texto eletrônico ou por meio de *softwares* elaborados propriamente para esse objetivo¹⁵.

¹⁴ Ver capítulo 4: *Entre corredores ecológicos e salas poéticas: conexões criativas no fazer científico*.

¹⁵ No estudo de Mitchell (2011), o texto é trabalhado por sua própria leitura e auxílio do editor de texto

Figura 2 – Seminário do Trabalho de Campo Maçambique de Osório, Osório – Outubro, 2011.



Foto: Wagner Innocencio Cardoso.

Fonte: Heidrich e Museu da UFRGS (2013).

Selecionados os campos, ao conteúdo pode se aplicar a análise que visa decifrar significados contidos na oralidade. Trabalha-se a palavra a partir de emissores identificáveis para se conhecer aquilo que está por trás delas (PECHÊUX, 1973). Dentre os conceitos propostos por Mikhail Bakhtin para a análise do discurso, a busca pelo contexto da enunciação e a própria enunciação ou enunciado são centrais para deslançar essa fase do estudo, na medida em que garantem compreensão, possuem sentido, em associação com outros conceitos ou termos (BRAIT; MELO, 2010). A partir de sua identificação, vai se revelando o significado nele contido. Não é mais a palavra aparente e como a oralidade do entrevistado está preenchida de lembranças e suas compreensões do vivido é, por isso, repleta em detalhes de fatos empíricos que

eletrônico e vai definindo atentamente as categorias encontradas em cotejo com sua reflexão. O estudo de Brum (2015), sobre a terminologia utilizada em geografia cultural no conteúdo dos textos da Revista *Géographie et Cultures*, explora com eficiência os atributos do software para análise de conteúdo, impraticável de ser feito de outra forma, pois o corpus de 270 artigos gerou 1.048.618 palavras.

dizem respeito a suas compreensões ideológicas, psicossociais, dores, alegrias etc.

É necessário que [se] traga [...] um enfoque que articule o linguístico e o social, buscando as relações que vinculam a linguagem à ideologia. Sistema de significação da realidade, a linguagem é um distanciamento entre a coisa representada e o signo que a representa. E é nessa distância, no interstício entre a coisa e sua representação signica que reside o ideológico (BRANDÃO, 2004).

Esse procedimento pode revelar também os aspectos mais subjetivos vinculados aos significados dados pelas características primeiras e imediatas do texto. O sentido que eles possuem é o significado mais pessoal ou que esteja organicamente compartilhado em grupo. É importante, pois ele é objetivado, se concretiza na prática social e se expressa como representações sociais, cognitivas, subjetivas, valorativas e emocionais, necessariamente contextualizadas (FRANCO, 2008). Sentido, então, é significado subjetivo. Está associado a algum objeto de referência, algo importante da memória coletiva e do espaço vivido. Para Berger e Luckmann (2004), ele é uma forma complexa de consciência que se origina da noção de que existe uma relação entre as experiências. Portanto, pode ser pessoal, de grupo ou de âmbitos sociais mais amplos. Fazemo-nos corpo social por meio da compreensão dessas experiências, que manifestam sua coesão ao mesmo tempo que em seu conflito interno. Apesar de estarmos embebidos do mundo – portanto, da geografia –, podemos compreendê-lo, não como algo imanente, mas por meio daquilo que ele produz em nossos sentidos. Na análise das mensagens socialmente construídas, na busca por suas objetivações, todos os enunciados que suportem a tese de desigualdade, estranhamento, surpresa, além das contextualizações da pesquisa, devem ser analisados. Isso requer que as descobertas tenham relevância teórica e implica comparações contextuais.

Desenlace

Estas reflexões foram iniciadas com a ideia de compreensão da utilidade e pertinência das metodologias qualitativas na pesquisa de geografia. Considerações sobre o método, em geral e na geografia, foram importantes para demonstrar o quanto o enfoque qualitativo é necessário, assim como também ele oportuniza o desenvolvimento dos estudos que envolvem o campo do imaginário sobre espaços e lugares e, mesmo, verificar que esse não é um campo que se isola do objeto de estudos presentes nos demais focos de atenção de nossa disciplina. Não há imaginário que se reporte em si mesmo, sem ancorar-se em qualquer fato objetivo do vivido. Por isso, não é fortuitamente que muitos arranjos dos procedimentos de pesquisa mesclam o enfoque qualitativo em instrumentos semiestruturados, nos quais perguntas objetivas permitem dar os primeiros recortes do contexto. Vimos, porém, que esse objetivo é interpretado, trazido de modo particular por pessoas e grupos.

Dois entrelaces foram importantes nessa construção: (1) o reconhecimento

de um campo de atenção que liga os temas de estudo da cultura aos problemas sociais; e (2) a identificação de diferentes modalidades do enfoque metodológico qualitativo que, todavia, possui muitos aspectos em comum e, notadamente, o da entrevista não-diretiva. No primeiro entrelace, anota-se não apenas o fortalecimento mútuo entre geografia cultural e geografia social, como revela a proposta de arranjo metodológico de uma geografia sociocultural. No segundo, observou-se que há uma amplitude de aplicações dessas metodologias e que o entrelace faz surgir, justamente, um campo inteiramente interdisciplinar, no qual desenvolvimentos alcançados numa área revelam-se aplicáveis e extremamente importantes em outras.

Portanto, o que foi demonstrado não é um método geográfico, tampouco geossociocultural. Certamente a própria etnogeografia pode ser explorada e adaptada para outras áreas. Qualquer uma das modalidades delineadas neste texto não é completa em si mesma como meio de se construírem as explicações. Necessitamos de cartografias, descrições, trabalhos de campo (integradores de vários enfoques analíticos, levantamentos semiestruturados e pesquisas qualitativas) e interpretação de dados textuais e de imagens. Como foi visto, o contorno e a natureza de cada pesquisa em particular, em função da questão a ser estudada, requer e merece adequação do enfoque metodológico e da modalidade do procedimento a ser explorado.

Referências

- ABBAGNANO, N. **Dicionário de filosofia**. Tradução de Alfredo Bosi. 3 ed. São Paulo: Martins Fontes, 1998.
- ANGROSINO, M. **Etnografia e observação participante**. Porto Alegre: Artmed, 2009.
- BAKHTIN, M. **Marxismo e filosofia da linguagem**. 16 ed. São Paulo: Hucitec, 2014.
- BARBIER, R. **A pesquisa-ação**. Brasília: Liber Livro, 2007.
- BERGER, P. L.; LUCKMANN, T. **Modernidade, pluralismo e crise de sentido: A orientação do homem moderno**. 2 ed. Petrópolis: Vozes, 2004.
- BLOMM, A. L. **Superfície da Terra**. São Paulo: Edgard Blücher, 1970.
- BONNEMAISON, J. Viagem em torno do território. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural: um século (3)**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002. p. 83-131.
- BOURDIEU, P. **O poder simbólico**. Lisboa: Difel; Rio de Janeiro: Bertand Brasil, 1989.
- BRAIT, B.; MELO, R. Enunciado/enunciado concreto/enunciação. In: BRAIT, B. (Org.). **Bakhtin: conceitos-chave**. 4 ed. São Paulo: Contexto, 2010. p. 61-78.
- BRANDÃO, H. H. N. **Introdução à análise do discurso**. Campinas: Editora da Unicamp, 2004.
- BROSE, M. (Org.). **Metodologia participativa: uma introdução a 29 instrumentos**. Porto Alegre: Tomo Editorial, 2001.

BRUM, R. M. **Terminologia da geografia cultural**: estudo preliminar para um glossário bilíngue francês-português. 2015. 111 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

CASSIRER, E. **Ensaio sobre o homem**. Introdução a uma filosofia da cultura humana. São Paulo: Martins Fontes, 2005.

CLAVAL, P. A volta do cultural na geografia. **Mercator** - Revista de Geografia da Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, v. 1, n. 1, p. 19-28, 2002a.

CLAVAL, P. Campo e perspectivas da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Geografia cultural**: um século (3). Rio de Janeiro: EdUERJ, 2002b, p. 83-131.

CLAVAL, P. Uma, ou algumas, abordagem(ns) cultural(is) na geografia humana? In: SERPA, A. (Org.). **Espaços culturais**: vivências, imaginações e representações. Salvador: EDUFBA, 2008. p. 13-24.

CLAVAL, P. **Epistemologia da geografia**. Florianópolis: Editora UFSC, 2014.

CLOKE, P. *et al.* **Practising human geography**. London: Sage publications, 2004.

COSGROVE, D. E.; JACKSON, P. Novos rumos da geografia cultural. In: CORRÊA, R. L.; ROSENDAHL, Z. (Orgs.). **Introdução à geografia cultural**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2003. p. 135-146.

DEMO, P. **Pesquisa participante**: saber pensar e intervir juntos. 2 ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

DI MÉO, G.; BULÉON, P. **L'espace social**. Lecture géographique des sociétés. Paris: Armand Colin, 2007.

FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa**. 3 ed. Porto Alegre: Artmed, 2009.

FRANCO, M. L. **Análise de conteúdo**. 3 ed. Brasília: Liber Livro, 2008.

GAMALHO, N. P. Oralidades. Os caminhos da pesquisa na produção do bairro Restinga, Porto Alegre. In: TETTAMANZY, A. L. L.; ZALLA, J.; D'AJELLO, L. F. T. (Orgs.). **Sobre as poéticas do dizer**: pesquisas e reflexões em oralidades. São Paulo: Letra e Voz, 2010. cap. 2.

GAMALHO, N. P. **Entre dominações e apropriações, reproduções e criações, centralidades e periferias**: práticas e espaços de representações de jovens do Guajuviras – Canoas/RS. 2015. 314 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.

HEIDRICH, A. L. Território e cultura: argumentos para uma produção de sentido. In: HEIDRICH, A. L.; COSTA, B. P.; PIRES, C. L. Z. (Orgs.). **Maneiras de ler**: geografia e cultura. Porto Alegre: Compasso-Lugar Cultura; Imprensa Livre, 2013, p. 52-61.

HEIDRICH, A. L.; MUSEU DA UFRGS (Orgs.). **Maçambique de Osório**. Catálogo da exposição. Porto Alegre: UFRGS, 2013.

JOHNSTON, R. J.; GREGORY, D.; SMITH, D. M. (Eds.). **Diccionario Akal de Geografia Humana**. Madrid: Ediciones Akal, 2000.

- LEFEBVRE, H. **Critique de la vie quotidienne**. Paris: L'Arche Éditeur, 1961.
- LEFEBVRE, H. **La production de l'espace**. Paris: Anthropos, 2000.
- MARAFON, G. J. *et al.* (Orgs.). **Pesquisa qualitativa em geografia: reflexões teórico-conceituais e aplicadas**. Rio de Janeiro: EdUERJ, 2013.
- MICHELAT, G. Sobre a utilização da entrevista não-diretiva em sociologia. In: THIOLENT, M. (Org.). **Crítica metodológica, investigação social e enquete operária**. São Paulo: Polis, 1982. p. 191-211.
- MITCHELL, A. S. **Entre fragmentos e vínculos territoriais**: Colônia São Pedro de Alcântara. 2011. 177 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- MOREIRA, R. **Pensar e ser em geografia: ensaios de história, epistemologia e ontologia do espaço**. São Paulo: Contexto, 2007.
- NABOSNY, A. **Abordagens culturais na geografia brasileira: uma compreensão**. 2014. 160 f. Tese (Doutorado em Geografia) - Instituto de Geociências, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre.
- PÁDUA, E. M. M. Análise de conteúdo, análise de discurso: questões teórico-metodológicas. **Revista de Educação**, Campinas, n. 13, p. 21-30, nov. 2002.
- PECHEUX, M. Analyse du discours de l'intelligence, langue et idéologie. **Langages**, Paris, n. 37, mar. 1973.
- RAIBAUD, Y. **Géographie socioculturelle**. Paris: L'Harmattan, 2011.
- RAFFESTIN, C. Repères pour une théorie de la territorialité humaine. In: DUPUY, G. *et al.* **Reseaux territoriaux**. Caen: Paradigme, 1988.
- RAMIRES, J. C. L.; PESSÔA, V. L. S. (Orgs.) **Geografia e pesquisa qualitativa: nas trilhas da investigação**. Uberlândia: Assis, 2009.
- SAID, E. W. Narrative, geography and interpretation. **New Left Review**, London, n. 180, p. 81-97, mar-abr. 1980.
- SAID, E. W. **Orientalismo: o Oriente como invenção do Ocidente**. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- SANTOS, M. **Espaço e método**. 5 ed. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2008.
- SANTOS, M. **Testamento intelectual**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- SMITH, N. The diversion of culture, the politics of cultural geography. **Geographia**, Rio de Janeiro, v. 17, n. 34, p. 8-23, 2014.
- SPOSITO, E. S. **Geografia e filosofia: contribuição para o ensino do pensamento geográfico**. São Paulo: Editora UNESP, 2004.
- THIOLENT, M. **Metodologia da pesquisa-ação**. 13 ed. São Paulo: Cortez, 2004.
- TORRES, M. A. Tambores, rádios e vídeocliques: sobre paisagens sonoras, territórios e multiterritorialidades. **Geotextos**, Salvador, v. 7, n. 2 p. 69-83, 2011.

